

## **CARTA DA 23ª JORNADA DE AGROECOLOGIA**

*"Semeando memória, cultivando agroecologia e democracia"*

Nós, povos latinos do campo, das águas, das florestas, da cidade e da universidade, reunidos entre os dias 18 e 21 de junho de 2026, no Campus Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, construímos a 23ª Jornada de Agroecologia. Chegamos ao coração da cidade, trouxemos nossas sementes, alimentos, músicas, bandeiras, memórias, saberes, aromas e lutas. Chegamos para defender a vida, a alegria, fortalecer a organização popular e reafirmar a agroecologia como caminho para enfrentar as crises que ameaçam a humanidade e os territórios.

A Jornada de Agroecologia é fruto da construção coletiva de movimentos populares, organizações sociais, agricultores e agricultoras, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, estudantes, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade. Há 25 anos construímos este espaço de encontro, formação, denúncia, partilha e esperança, demonstrando que a agroecologia é uma forma de produzir alimentos saudáveis e um projeto popular para transformar a sociedade.

Vivemos um período de instabilidade política no mundo e de profundas contradições. Nos solidarizamos aos povos de Cuba, Venezuela e Palestina, que enfrentam diferentes formas de opressão e violência imperialista. A luta dos povos é internacional, e a solidariedade também deve ser.

Neste ano de eleições presidenciais, precisamos estar firmes e atentos contra as iniciativas que ameaçam a soberania do Brasil e que entregam nossas riquezas aos interesses do capital imperialista. É fundamental eleger representantes comprometidos com o desenvolvimento soberano do país, a reforma agrária popular, a agroecologia e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A crise climática já não pode ser tratada como um problema distante ou futuro. A cada ano assistimos ao agravamento dos eventos climáticos extremos. Sabemos, que essa crise é consequência de um modelo econômico que transforma a natureza em mercadoria, concentra riqueza e privatiza os benefícios da exploração

dos bens comuns, enquanto distribui para toda a sociedade os impactos da destruição ambiental.

A crise ambiental também é uma crise de desigualdade. Seus efeitos atingem de forma mais intensa os camponeses, agricultores, as comunidades tradicionais, os povos indígenas, os quilombolas, as mulheres, as periferias urbanas e todas aquelas populações historicamente excluídas dos processos de tomada de decisão. São justamente aqueles que menos contribuíram para a crise e os que mais sofrem suas consequências.

O capital-agronegócio continua sendo um dos principais responsáveis pela destruição dos ecossistemas, pela expansão das monoculturas, pelo desmatamento, pelo envenenamento dos povos e territórios e da população e pela perda da agrobiodiversidade. Ao mesmo tempo em que aprofunda a crise, apresenta-se com “soluções verdes” para os problemas que ele próprio produz.

Por isso, rejeitamos as falsas soluções oferecidas pelas transnacionais e pelo agronegócio. Rejeitamos a financeirização da natureza e todas as iniciativas que buscam transformar a crise climática em oportunidade de lucro.

Sabemos que não existe justiça climática sem justiça social, racial e de gênero. Não existe transição agroecológica sem reforma agrária popular, sem democratização do acesso à terra, sem proteção dos territórios e sem fortalecimento dos povos que historicamente cuidam da biodiversidade.

É por isso que reafirmamos a agroecologia como resposta concreta à crise civilizatória que enfrentamos. A agroecologia protege a biodiversidade, fortalece a soberania alimentar, recupera solos e nascentes, preserva sementes crioulas, gera trabalho digno e constrói relações baseadas na solidariedade e na cooperação. A agroecologia produz alimentos saudáveis e produz também territórios vivos, livres e saudáveis.

As mulheres, indígenas e povos tradicionais têm papel fundamental nessa construção. São guardiãs das sementes crioulas, dos quintais produtivos, dos saberes ancestrais e das práticas de cuidado que sustentam a vida.

Nesta Jornada, homenageamos a memória de Dona Ana Maria, quilombola do Paiol de Telha e Dona Ana Maria dos Santos, benzedeira de Rebouças, que recentemente transcenderam, de tantas mulheres que fizeram e seguem fazendo da defesa do território, das sementes, do cuidado e da vida um caminho de luta coletiva. Lembremos que defender a agroecologia também significa reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres e enfrentar todas as formas de violência, exploração e opressão que atingem seus corpos e territórios.

Defendemos ainda a ampliação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, camponesa e agroecológica. O fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), das políticas de conservação da agrosociobiodiversidade e das iniciativas de produção e circulação de alimentos saudáveis é fundamental para garantir soberania alimentar, geração de renda e permanência das famílias em seus territórios.

Reafirmamos também a necessidade de fortalecimento da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) e da construção de mecanismos concretos de incentivo à transição agroecológica. É urgente ampliar o acesso ao crédito, à assistência técnica, à extensão rural, ao seguro agrícola e às políticas públicas voltadas para agricultores e agricultoras que produzem alimentos saudáveis e preservam a biodiversidade.

Enquanto bilhões de reais são destinados ao financiamento do agronegócio, agricultores e agricultoras familiares seguem encontrando obstáculos para acessar políticas públicas fundamentais à produção de alimentos saudáveis. Denunciamos os privilégios históricos garantidos ao agronegócio por meio de benefícios fiscais, incentivos tributários e sucessivas renegociações de dívidas. Não é aceitável que recursos públicos continuem sustentando um setor responsável pela concentração de riqueza e pela degradação ambiental, enquanto faltam investimentos para a reforma agrária, para a agroecologia, para a agricultura familiar e para políticas capazes de enfrentar a fome e as desigualdades sociais. Denunciamos também que foi a parcela endinheirada do agronegócio que mais investiu em armas e no financiamento dos atos golpistas e antidemocráticos.

Em um ano marcado pelo debate público sobre os rumos do país, reafirmamos nosso compromisso com a democracia e com a participação popular. A desinformação e a disseminação de notícias falsas têm sido utilizadas para manipular a opinião pública, atacar direitos conquistados e enfraquecer a organização popular.

Defendemos uma comunicação comprometida com a verdade, com os direitos humanos e com os interesses dos povos. O combate à desinformação é também uma luta pela democracia. A participação popular consciente e informada é condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Recordamos Sebastião Camargo, assassinado durante um despejo ilegal em 1998, em Marilena, e Valmir Mota de Oliveira, o Keno, assassinado em 2007 durante a resistência contra os interesses da transnacional Syngenta. Seus nomes integram a longa história de violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais que se organizam coletivamente para enfrentar a concentração da terra e do poder no campo brasileiro.

Entre a impunidade que persiste e a justiça que se conquista pela luta, a memória de Sebastião e Keno permanece viva nos territórios que resistem, nas comunidades que seguem organizadas, nas sementes crioulas que continuam sendo preservadas e em cada pessoa que insiste em defender a terra, a vida e os direitos dos povos. Suas trajetórias nos lembram que a violência não conseguiu interromper a luta popular.

Seguimos defendendo a reforma agrária popular e integral com a demarcação dos territórios tradicionais e a proteção das pessoas defensoras da vida. Não existe agroecologia sem acesso à terra. Não existe soberania alimentar sem territórios protegidos.

Denunciamos os ataques e retrocessos permanentes na legislação ambiental, com o enfraquecimento dos mecanismos de controle e fiscalização que são feitos para atender aos interesses corporativos dos grupos de poder que não se preocupam com a proteção da vida.

Ao longo destes dias reafirmamos que a agroecologia é prática, ciência, cultura, educação popular e projeto político. Participamos de atividades de campo que fortaleceram a importância de massificação e popularização das tecnologias, máquinas e bioinsumos para a agroecologia. Participamos de várias atividades formativas, com muita troca. Somos uma construção coletiva baseada na solidariedade, que evidencia a capacidade concreta dos povos de enfrentar a fome, as desigualdades e a crise ambiental.

Seguiremos fortalecendo nossas organizações, protegendo nossas sementes crioulas, recuperando nascentes, produzindo alimentos saudáveis, defendendo nossos territórios e construindo relações baseadas na justiça social, na igualdade e no Bem Viver.

Cuidar da nossa casa comum continua sendo um dos maiores desafios da humanidade. Diante das múltiplas crises do nosso tempo, renovamos nosso compromisso com a vida, com a solidariedade entre os povos e com a construção de um futuro agroecológico.

Por um Brasil soberano e popular.

Por territórios livres e saudáveis

Pela democracia, pela justiça climática e pela soberania alimentar.

Pela vida dos povos do campo, das águas, das florestas e da cidade.

Pela liberdades dos povos.

**Curitiba, Paraná, Brasil, no solstício do inverno.**

**21 de junho de 2026.**